NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 29/07/2015 - Edição 1321

Audiências públicas sobre terceirização chegam à região Norte

Até o final desta semana, as audiências públicas que discutem o PLC 30/2015, que trata da terceirização sem limites, chegam a dois estados da região Norte: Amazonas (29) e Roraima (31).

Militantes da CUT durante ato contra terceirização em Brasília

Resultado de uma parceria entre a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH) e o Fórum Permanente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, do qual a CUT faz parte, o encontro passou por 10 estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Estão confirmadas ainda audiências para Mato Grosso (13 de agosto), Mato Grosso do Sul (14), Amapá (3 de setembro), Pará (4), Bahia (11) e Alagoas (9 de outubro).

Representante da CUT nas atividades, a secretária de Relações do Trabalho, Maria das Graças Costa, aponta que duas características têm sido comuns nas assembleias legislativas: a casa cheia e a ausência dos parlamentares, um contrassenso numa ação que busca justamente dialogar com as bases.

"Os debates representam um acúmulo significativo para a sociedade discutir o projeto, mas a participação dos parlamentares está muito baixa. Em alguns casos, apenas o senador Paim (Paulo Paim, presidente da CDH) participa. Se estamos numa democracia representativa, com senadores, deputados e vereadores que não são proprietários do voto, de ideais individuais, mas representantes da população, precisam ir às bases para ouvi-las e saber o que pensam do projeto", cobrou.

Graça lembra também que em

todos os locais uma carta do Estado contrária à terceirização sem limites é colocada em votação e, até então, os documentos foram aprovados por unanimidade.

"O que está sendo feito é um debate sobre as consequências e impactos da terceirização, além da CDH colher propostas para discutir o conteúdo do projeto e as preocupações do texto. Isso acrescenta ingredientes à linha já anunciada pelo Paim de proibir a terceirização da atividade-fim, defender a responsabilidade solidária (aquele em que a contratante assume as pendências da terceirizada com o trabalhador), a garantia de representação pelo sindicato da empresa tomadora de serviço e a igualdade de direitos. Esses quatro pontos têm sido levantados e defendidos em todas as audiências", explica a dirigente.

A afirmação, portanto, reforça o que o senador já havia defendido no encontro em São Paulo, a ideia de derrubar o PLC 30 e reiniciar a discussão a partir de documento fechado com as centrais sindicais e o Ministério do Trabalho. O projeto foi entregue ao governo ao governo em 2009 e chegou ao parlamentar via Fórum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização.

Ataque aos direitos trabalhistas

Tramitando atualmente no Senado, o PLC 30/2015 tem origem no Projeto de Lei (PL) 4330/2004, de autoria do ex-deputado federal Sandro Mabel (PR-GO), e que foi aprovado em abril na Câmara por 324 votos a favor, 137 contrários e duas abstenções.

Para movimentos sindical e sociais, o principal prejuízo do texto é manter a proposta de terceirização da atividade-fim, que permitirá a subcontratação sem limites em qualquer setor das empresas.

De acordo com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o Brasil possui 12 milhões de trabalhadores terceirizados, o equivalente a 20% dos que têm carteira assinada.

Segundo o dossiê "Terceirização e Desenvolvimento, uma conta que não fecha", lançado em fevereiro deste ano pela CUT e pelo instituto, os terceirizados ganham 25% menos, trabalham quatro horas a mais e ficam 2,7 anos a menos no emprego quando comparados com os contratados diretos.

Fonte: CUT Nacional

Vigilante e mais 4 pessoas são presos por tentar roubar lotérica em Cuiabá

Vigilante e ex-funcionário tiveram envolvimento direto na tentativa de roubo. Caso foi registrado em uma lotérica no Bairro Morada do Ouro, na capital.

Um vigilante e outras quatro pessoas foram presas e indiciadas por tentarem assaltar uma lotérica no Bairro Morada do Ouro, no mês de abril deste ano em Cuiabá. Quatro vigilantes que trabalhavam para uma empresa de segurança armada removiam malotes de dinheiro da lotérica, quando dois assaltantes chegaram.

Houve tiroteio e um dos vigilantes foi baleado na cabeça. Naquela ocasião os assaltantes fugiram sem dinheiro, mas levaram a arma que pertencia ao vigilante.

De acordo com investigações da Delegacia Especializada de Roubos e Furtos (Derf), todos os envolvidos foram presos ao longo da investigação. O último integrante foi preso na terça-feira (28) em Várzea Grande, região metropolitana de Cuiabá.

Segundo informações da Derf, o vigilante de 29 anos, que foi baleado na cabeça durante a tentativa de assalto, tinha envolvimento no crime, que também contou com participação de um ex-funcionário da empresa de transporte de valores. Esse funcionário tinha sido demitido da empresa há um mês antes do crime.

Entre os meses de maio e abril alguns dos suspeitos foram presos pelos investigadores. Naquela época eles indicaram o envolvimento de funcionários da empresa, inclusive o próprio vigilante que foi baleado na cabeça.

Conforme o delegado responsável pelo caso, Ferdinando Frederico Murta, o ex-funcionário e o vigilante foram os responsáveis pelo fornecimento de informações sobre os valores e as rotas usadas pela empresa. O vigilante baleado tinha a função de facilitar a ação dos assaltantes.

Os cinco envolvidos serão indiciados pelos crimes de tentativa de latrocínio e associação criminosa. De acordo com a polícia, eles estão presos temporariamente por 30 dias.

Fonte: G1

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine Abdelaziz
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo

site: www.cntv.org.br
email:cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF